

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação às normas constitucionais que regem a previdência social, julgue os itens a seguir.

- 51** Da não obrigatoriedade de adesão ao sistema de previdência privada decorre a possibilidade de os filiados desvincularem-se dos regimes de previdência complementar a que aderirem, especialmente porque a liberdade de associação comporta, em sua dimensão negativa, o direito de desfiliação.
- 52** Os ganhos habituais do empregado, inclusive o valor pago, em dinheiro, a título de vale-transporte, incorporam-se ao seu salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios.
- 53** Na lei, constam dispositivos sobre o sistema especial de inclusão previdenciária relativo ao atendimento de trabalhadores de baixa renda e daqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. Por meio desses dispositivos, garante-se o acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo e veda-se a estipulação de alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.
- 54** Para efeito de aposentadoria, assegura-se a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensam financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei, visto que a contagem recíproca constitui um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e o acerto de contas que deve haver entre os diversos sistemas de previdência social não interfere na existência desse direito, sobretudo para fins de aposentadoria.

Julgue os próximos itens, referentes à previdência complementar.

- 55** As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram, legalmente, o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes.
- 56** Veda-se o aporte de recursos à entidade de previdência privada pela União, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, salvo na qualidade de patrocinador, situação em que, em hipótese alguma, sua contribuição normal pode exceder à do segurado.

Em relação à Lei Complementar n.º 109/2001, julgue os itens subsecutivos.

- 57** As entidades abertas de previdência complementar, instituídas sob a forma de fundação ou sociedade civil sem fins lucrativos, podem submeter-se a intervenção, quando reconhecida a inviabilidade de recuperação da entidade, devendo o processo interventivo ser encerrado no prazo de sessenta dias.
- 58** O regime de previdência complementar é operado por entidades de previdência complementar cujo objetivo principal é instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, de modo que a ação do Estado deve ser exercida com o objetivo precípua de fiscalizar as entidades de previdência complementar e suas operações, bem como de aplicar penalidades.
- 59** A fim de assegurar os compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, as entidades fechadas de previdência complementar podem contratar operações de resseguro, desde que não estipulem garantia por meio de fundo de solvência.

No que se refere à Lei Complementar n.º 108/2001, julgue os itens seguintes.

- 60** As entidades de previdência privada patrocinadas por empresas controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios e cujos planos de benefícios sejam definidos pela patrocinadora não podem exercer o controle ou participar de acordo de acionistas que tenha por objeto formação de grupo de controle de sociedade anônima, sem prévia e expressa autorização da patrocinadora e do seu respectivo ente controlador.
- 61** Não se aplicam as disposições da referida lei às entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos.

Julgue os itens que se seguem, relativos à Lei n.º 12.154/2009, que criou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), além de dispor sobre a sua composição.

- 62** A taxa de fiscalização e controle da previdência complementar tem por fato gerador o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à PREVIC para a fiscalização e a supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e deve ser paga quadrimestralmente.
- 63** O Conselho Nacional de Previdência Complementar deve compor-se de dez integrantes — cinco representantes do poder público, indicados pelo Ministério da Previdência Social, e cinco representantes da sociedade civil, indicados pela Câmara dos Deputados — com direito a voto e mandato de quatro anos, permitida uma recondução.
- 64** Não se insere na esfera de competência da PREVIC a decretação de intervenção e(ou) liquidação extrajudicial de entidades fechadas de previdência complementar, uma vez que tal incumbência compete ao Ministério da Previdência Social.
- 65** A PREVIC deve ser administrada por uma diretoria colegiada composta por um diretor-superintendente e quatro diretores, escolhidos entre pessoas de ilibada reputação e de notória competência, a serem indicados pelo ministro de Estado da Previdência Social e nomeados pelo presidente da República.

Em relação à Lei n.º 6.024/1974, que dispõe sobre intervenção e liquidação de instituições financeiras, julgue os itens subsequentes.

- 66 O Banco Central do Brasil é a instituição responsável por decidir sobre a gravidade dos fatos determinantes da liquidação extrajudicial em instituições financeiras privadas e públicas não federais. Considerando as repercussões da liquidação sobre os interesses dos mercados financeiro e de capitais, essa instituição pode, em vez de liquidação, efetuar intervenção, se julgar essa medida suficiente para a normalização dos negócios e para a preservação dos interesses da instituição.
- 67 É vedado ao Banco Central do Brasil intervir de ofício em instituição financeira privada, de modo que a intervenção só pode ocorrer por solicitação dos administradores da instituição, se o respectivo estatuto lhes conferir essa competência, ou do Ministério Público.

Acerca de noções básicas da metodologia e do sistema contábil, julgue os itens a seguir.

- 68 O registro do aumento de determinada conta do lado esquerdo do razonete não significa que a conta deva estar posicionada no lado esquerdo no balanço patrimonial.
- 69 O conceito da chamada entidade em marcha, originado do pressuposto de que toda entidade deve concretizar seus objetivos sem término delimitado, decorre do princípio contábil da oportunidade.
- 70 Os créditos e débitos de financiamento são o resultado das operações normais das entidades, mesmo quando não envolvem instituições financeiras.
- 71 O exercício social das empresas regidas pela Lei das Sociedades Anônimas deve ter a duração de um ano, ainda que seu intervalo não coincida com o ano civil, ressalvados os casos em que a entidade esteja em seu primeiro ano de operação ou tenha acabado de sofrer alteração estatutária.

Julgue os itens que se seguem, relativos à prática contábil.

- 72 Algumas despesas e receitas devem ser excluídas dos grupos de resultados para integrar os grupos patrimoniais da entidade, em função de definições decorrentes da competência do exercício.
- 73 O registro da atualização de títulos cambiais deve levar em conta a taxa vigente para compra, quando se trata de créditos da empresa, e a taxa vigente para venda, nos casos de obrigações a pagar.
- 74 Se a economia em que se encontra determinada empresa passar por um período inflacionário, o método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai) de avaliação dos estoques produzirá um estoque final menor do que o avaliado por outros métodos.
- 75 Quando determinada mercadoria comprada por empresa que utiliza o sistema de inventário permanente precisa ser devolvida, o valor correspondente deve ser lançado a crédito diretamente na conta de estoques.

A elaboração dos demonstrativos contábeis obedece a regras estabelecidas nas normas legais e técnicas. Acerca desse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 76 Quando há previsão no estatuto de determinada companhia para a participação dos empregados no lucro apurado, essa participação deve ser paga obrigatoriamente antes das parcelas relativas a administradores e partes beneficiárias.
- 77 Antes da elaboração do balanço patrimonial, a lei só permite que se façam os ajustes necessários para corrigir erros e omissões detectados pelo levantamento do balancete de verificação.
- 78 Na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, os valores registrados na conta de reserva de lucros a realizar, quando efetivamente realizados, não devem ser revertidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.
- 79 O lucro bruto calculado na demonstração do resultado do exercício inclui as receitas decorrentes de aplicações no mercado de títulos mobiliários, independentemente da natureza da entidade.

Considerando as normas vigentes no Brasil relativas à contabilidade das entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs), julgue os itens que se seguem.

- 80 Na contabilidade da patrocinadora, deve-se registrar um passivo quando um empregado tiver prestado determinado serviço em troca de benefícios a empregados cujo pagamento será efetuado no futuro.
- 81 No intuito de assegurar maior transparência e precisão na divulgação de informações contábeis, as EFPCs são fiscalizadas e devem observar as normas contábeis editadas pelo Ministério da Fazenda, por intermédio do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- 82 A contabilidade de uma EFPC deverá ser elaborada de forma consolidada em relação à totalidade dos planos de benefícios previdenciais e assistenciais administrados por essa entidade.
- 83 As provisões matemáticas que uma EFPC deve ter em seu ativo para garantir seus compromissos futuros são representadas pelas provisões de benefícios concedidos, somadas às provisões de benefícios a conceder, subtraídas das provisões matemáticas a constituir, e devem ser evidenciadas na demonstração das obrigações atuariais do plano de benefícios.
- 84 O parecer do atuário deve conter todos os fatores relevantes para a avaliação atuarial, como o custo do plano avaliado e sua expectativa de evolução futura, as causas do *deficit* ou *superavit* técnico atuarial, assim como comentários acerca dos fundos constituídos atuarialmente, apresentando seus valores e destinação.
- 85 A experiência do auditor permite que ele esteja familiarizado com questões relacionadas aos negócios em geral da EFPC auditada. Entretanto, não se espera que ele tenha *expertise* de uma pessoa treinada ou qualificada para atuar na prática de outra ocupação.
- 86 A provisão constituída pela EFPC para cobrir possíveis perdas de investimentos considerados de difícil realização deve ser contabilizada em conta patrimonial passiva, tendo como contrapartida uma conta redutora do respectivo grupo de investimentos.

Acerca de finanças, julgue os itens de 87 a 95.

- 87 A fronteira eficiente de Markowitz pode ser descrita como a composição de carteira que apresenta o menor nível de risco, considerando-se determinado nível de retorno. Na tabela abaixo, a carteira composta por 20% do ativo A e 80% do ativo B tem variância superior a 0,50 e inferior a 0,51.

variância	
variância (A)	1,80
variância (B)	0,80
covariância (A, B)	-0,25
correlação (A, B)	-0,21

- 88 Quanto à função utilidade e à aversão a risco de um indivíduo, se uma utilidade de Bernoulli $u(\cdot)$ é convexa, então é correto concluir que o agente é avesso ao risco. Se, por exemplo, uma loteria paga zero com probabilidade $\frac{1}{2}$ ou 1 milhão

de reais com probabilidade $\frac{1}{2}$, então o indivíduo é avesso

ao risco quando a utilidade média é maior do que a utilidade de Von Neumann-Morgenstern, ou seja, $u\left(\frac{1}{2} \times 1 \text{ milhão} + \frac{1}{2} \times 0\right) > \frac{1}{2}u(1 \text{ milhão}) + \frac{1}{2}u(0)$.

- 89 Enquanto o APT (*arbitrage pricing theory*) se baseia no argumento de dominância do risco e do retorno para as relações de equilíbrio de preços, o CAPM (*capital-asset-pricing-model*) surge quando um investidor constrói uma carteira de investimento zero e lucro certo, dispensando a necessidade de agregar as posições limitadas individuais.
- 90 Considere que determinada carteira ampla e diversificada utilize a medida de risco denominada CAPM (*capital-asset-pricing-model*), que a covariância entre o retorno de um ativo i e o retorno da carteira de mercado seja igual a $-0,2$, a variância do mercado seja $1,50$, o retorno esperado do mercado seja $0,15$ e a taxa livre de risco corresponda a $0,08$. Nessa situação, de acordo com o CAPM, o retorno esperado desse ativo será superior a $0,07$ e inferior a $0,08$.
- 91 O Sistema Financeiro Nacional possui um órgão máximo com funções deliberativas, denominado Conselho Monetário Nacional (CMN), e várias entidades supervisoras, que são representadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários, pela SUSEP e pelas bolsas de mercadorias e de futuros.
- 92 Entre os tipos de ordem de negociação utilizados no mercado à vista, a ordem denominada *on stop* refere-se à compra ou à venda utilizada para limitar perdas ou ganhos de operações de mercado, enquanto a ordem de negociação discricionária é executada de imediato ao melhor preço, considerando-se as características dos títulos ou direitos definidos pelo investidor, bem como sua quantidade.
- 93 Considere que, para tomar a decisão de comprar determinado ativo cuja distribuição dos retornos está descrita na tabela abaixo, um investidor enfrente o dilema de escolher entre o risco e o retorno esperado. Nessa situação, ao avaliar esse ativo, esse investidor encontra o retorno esperado e a variância iguais a 7 e $210/36$, respectivamente.

retorno x	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
probabilidade	1/36	2/36	3/36	4/36	5/36	6/36	5/36	4/36	3/36	2/36	1/36

- 94 Na construção da curva a termo, os modelos de não arbitragem indicam que as taxas a termo podem ser utilizadas para se travar a taxa de juros futura sem a preocupação de validade da hipótese de expectativas. Outros conceitos utilizados na gestão dos riscos financeiros são a convexidade e a *duration*, sendo a convexidade o efeito de segunda ordem que descreve como a *duration* sofre alteração em mudanças na taxa de retorno e a *duration* o efeito de primeira ordem utilizado na mensuração da sensibilidade do preço de um ativo às variações nas taxas de retorno.
- 95 O conceito de VAR (*value-at-risk*) está relacionado ao risco de mercado e representa o valor em risco que sintetiza a avaliação da vulnerabilidade potencial da carteira aos acontecimentos excepcionais, mas plausíveis. A Resolução do CMN n.º 3.792 dispõe acerca das diretrizes dos planos administrados pelas EFPCs e estabelece que essas entidades devem identificar, avaliar e monitorar o risco de mercado.

RASCUNHO

Acerca de conceitos relativos à economia e, especialmente, à economia brasileira, julgue os seguintes itens.

- 96 Ao passo que os saldos da dívida líquida do setor público são apurados por meio do critério de competência, o resultado fiscal do governo é obtido por intermédio do resultado primário e nominal. Os resultados podem ser apurados mediante os critérios acima da linha e abaixo da linha, em que o último considera o desempenho fiscal do governo pelo cálculo da variação do endividamento líquido.
- 97 Entre os planos de desenvolvimentos dos últimos sessenta anos, o Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek, representou uma das mais amplas ações do Estado na economia tanto para superar o estrangulamento no setor de energia e transportes quanto para favorecer a criação de um parque industrial integrado que garantisse a reprodução do capital.
- 98 Por meio da análise da atual pirâmide etária brasileira, pode-se inferir que o país passa por uma transição, de um país predominantemente jovem para um país com formato desenvolvido, em que a proporção de idosos supera a de jovens; por essa razão, em um futuro imediato, parte das necessidades do Brasil com mão de obra somente será suprida com a migração internacional.
- 99 Por intermédio das políticas de emprego classificadas como passivas, tais como o seguro-desemprego, a formação profissional e o apoio aos micro e pequenos empreendimentos, busca-se amenizar a condição financeira desfavorável do desempregado.
- 100 Em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o regime próprio dos servidores públicos integrante do sistema previdenciário brasileiro sofreu uma reforma para adequar-se às regras de acesso à aposentadoria.
- 101 Entre os países do MERCOSUL, o Brasil é o que mais depende desse bloco, no que diz respeito a importações, que, em 2007, advieram, principalmente, dos Estados Unidos da América e do Canadá, além da Comunidade Europeia.
- 102 Uma mudança significativa na construção das contas nacionais do Brasil ocorreu no ano de 1997, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística adotou a 3.ª versão do Manual de Contas Nacionais da Organização das Nações Unidas, alterando a base de dados e ampliando sua estrutura.
- 103 Em um país qualquer, se o governo centralizar sua política econômica somente na estabilização da inflação, isso não contribuirá para a melhoria do grau de distribuição de renda.
- 104 A explicação das relações entre produto, desemprego e inflação requer uma análise que compreende os conceitos de demanda agregada, curva de Phillips e lei de Okun. Segundo a curva de Phillips, por exemplo, o crescimento do produto abaixo do natural leva a um aumento da taxa de desemprego.
- 105 Para um pequeno país, que importa ou exporta uma quantidade de bens e serviços sem afetar os preços internacionais, a adoção de políticas protecionistas justifica-se pelas perdas concentradas e pelos benefícios difusos.

A respeito de conceitos básicos relativos ao controle interno, julgue os seguintes itens.

- 106 O desenvolvimento do sistema de controle deve levar em conta a estrutura organizacional da entidade a que se destina. No caso de uma estrutura preponderantemente funcional, por exemplo, em que há menor dependência das interáreas e uma tendência de descentralização em centros de responsabilidade, um controle descentralizado e, portanto, menos complexo é o mais apropriado.
- 107 A proteção do patrimônio da entidade é o objetivo precípua dos controles internos. Desse modo, o sistema de vigilância, fiscalização e verificação utilizado pelos dirigentes compreende o conjunto de procedimentos e instrumentos para prever, observar, e governar os acontecimentos internos da entidade que podem ter reflexos em seu patrimônio.

Em relação ao processo de controles internos, julgue os itens a seguir.

- 108 Os componentes de controles internos aplicam-se a entidades de todos os tamanhos. Nas menores, as responsabilidades por áreas críticas são normalmente mais segregadas, já nas maiores, podem ser assumidas pelos proprietários-administradores, em razão de uma maior especialização por funções e da existência de linhas de comunicação mais longas.
- 109 A segregação de funções, uma das atividades de controle relevante para uma auditoria de demonstração contábil, compreende as ações direcionadas ao controle das funções, que asseguram que os indivíduos não realizem funções incompatíveis. Dessa forma, em uma operação de compra de peças de reposição que ficarão estocadas para futuras requisições, os indivíduos ou os diferentes setores devem ser responsabilizados pela aquisição das peças, pela sua guarda e pelo registro da operação, além de que o registro contábil deve ser efetuado previamente, para assegurar a autorização de compra e confirmar o recebimento do pedido.

Considerando a associação dos objetivos estratégicos e do perfil dos riscos, julgue os itens subsecutivos.

- 110 Considere que a busca de fidelização de clientes seja um objetivo estratégico de uma organização e que o indicador de fidelidade utilizado seja representado por $[(\text{número de clientes fiéis do período corrente}) \div (\text{número de clientes fiéis do período anterior}) - 1] \times 100\%$. Considere, ainda, que o número de clientes fiéis do período anterior seja de 100, que a meta almejada corresponda a uma expansão de 20%, e que o resultado obtido seja um acréscimo de 10%. Em face dessas informações, é correto afirmar que houve um desvio negativo de 10% e que seria necessária a fidelização de pelo menos mais 10 clientes para que a meta fosse atingida.
- 111 O denominado sistema de fronteiras, que instrumentaliza o controle dos riscos a serem evitados, é um dos pilares do sistema de controle estratégico, e, por meio dele, restringem-se os comportamentos e as atitudes aceitáveis para os colaboradores da organização, em seu esforço para alcançar objetivos estratégicos.

Com referência aos tipos de riscos, julgue os itens subsequentes.

- 112 O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas, em razão da incapacidade da instituição de captar e dispor de recursos suficientes e em prazo oportuno para atender a sua clientela, de acordo com as suas necessidades específicas.
- 113 O risco operacional decorre da possibilidade de ocorrência de perdas, em razão de falhas e deficiências internas e de eventos externos, e de riscos legais resultantes de contratos, sanções e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Julgue os itens que se seguem, referentes a riscos externos e internos.

114 A pressão contínua pelo desempenho, motivada pelo desejo de crescimento, é, geralmente, geradora de riscos internos em uma organização, uma vez que metas audaciosas, com incentivos e punições, e acompanhamento estrito e rigoroso podem levar os funcionários a adotar comportamentos mais arriscados, com resultados menos previsíveis.

115 A avaliação dos riscos externos requer a compreensão de vários fatores, tais como as pressões competitivas que a organização enfrenta, visto que a rivalidade entre concorrentes é, na maioria das organizações, o principal fator determinante da competitividade de mercado, que pode manifestar-se no preço do produto, na inovação, no *marketing* etc. Dessa forma, a entrada de novos concorrentes oferece mais riscos à proporção que a estrutura de mercado do produto em questão se aproxima de um modelo de concorrência perfeita.

Com base na legislação e nas práticas para prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, julgue os itens **116** e **117**.

116 Grandes instituições financeiras internacionais estabelecem princípios de prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro para bancos correspondentes, cujo objetivo final consiste em evitar o uso de suas operações internacionais para fins criminosos. Entre os indicadores de risco, inclui-se o domicílio do correspondente bancário. Certas jurisdições são internacionalmente reconhecidas como lugares onde se apresentam padrões inadequados de prevenção à lavagem de dinheiro, supervisão reguladora insuficiente ou altos riscos de ocorrência de crimes, corrupção ou financiamento ao terrorismo.

117 O Grupo de Ação Financeira Contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo recomenda que as instituições financeiras, ao suspeitarem de operações ilícitas, alertem, imediatamente, o cliente a respeito do fato, evitando comunicações às autoridades responsáveis até o conhecimento completo da situação. Recomenda, ainda, que somente os empregados diretamente ligados à operação específica sejam informados a respeito da situação.

Tendo como referência os conceitos básicos de governança corporativa, julgue o item a seguir.

118 A implementação dos controles internos como instrumentos de gestão corporativa deve ser de responsabilidade da alta administração da organização, cujas funções devem ser segregadas, de modo que o conselho de administração, na qualidade de supervisor, responsabilize-se pela gestão de riscos, e a diretoria executiva, pelo estabelecimento de boas práticas, que incluem a definição de procedimentos relativos à administração dos riscos.

Com relação aos princípios internacionais de supervisão da previdência complementar, julgue os itens seguintes.

119 De acordo com o IOPS (International Organization of Pension Supervisors), a supervisão com base em riscos de previdência complementar pode ser realizada diretamente, por meio de programa anual de fiscalização, ou indiretamente, por meio de monitoramento contínuo das ações e operações dos fundos de pensão, desde o licenciamento prévio.

120 O princípio da proporcionalidade, um dos princípios de supervisão da previdência privada enunciados pelo IOPS, prescreve que as autoridades supervisoras de pensão devem assegurar que as exigências de investigação e execução sejam proporcionais aos benefícios que estão sendo oferecidos.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
 - Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
 - Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
-

Redija um texto dissertativo que caracterize os regimes previdenciários do tipo financiamento — repartição simples e capitalização — e os do tipo concessão de benefícios — contribuição definida e benefício definido.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	